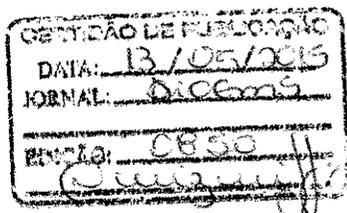




PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
☎ 046 3563.8000 - 📍 Av. Brasil, 621
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR - 85710-000



LEI N° 2526/2015.

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a proceder a Concessão de Direito Real de Uso de Bem Imóvel com benfeitorias de propriedade do Município à empresa **STRUB E SILVA LTDA - ME** e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, RICARDO ANTONIO ORTIÑA, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Concessão de Direito Real de Uso de Um galpão pré-moldado nas dimensões de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), instalado no Lote n° 02, quadra n° 202, localizado na Rua n° 02, no Bairro Industrial III, nesta cidade, à Empresa **STRUB E SILVA LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n° 11.774.051/0001-97, situada na Rua Pedro Pereira de Sá, N° 1015, centro, desta Cidade e Comarca de Santo Antônio do Sudoeste (PR);

Artigo 2º - A Concessão de Direito Real de Uso objeto desta lei é estabelecida a título gratuito, pelo prazo de 05 (cinco) anos para uso exclusivo de empresa no ramo de confecções;

Artigo 3º - Os encargos e obrigações relativos à Concessão de Direito Real de Uso serão objeto de contrato, na forma estabelecida pela Lei Municipal n° 1.593/2003 e Lei Municipal n° 2.381/2013, no que não for conflitante com o ora estabelecido, bem como não contrarie a lei Complementar n° 101/2000, devendo no contrato constar no mínimo as seguintes condições:

I - O prazo máximo para início das atividades será de 60 (trinta dias) a partir da data da assinatura do contrato de que trata o caput deste artigo;

II - O número mínimo de empregados gerados será de 42 (quarenta e dois) funcionários devidamente registrados;

III - a cláusula de intransferibilidade sem a prévia anuência do Município e da Câmara Municipal de Vereadores;

Artigo 4º - A Concessionária obriga-se ainda ao fiel cumprimento dos encargos e obrigações gerais relativos à concessão de direito real de uso, estipuladas pelo art. 7º



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
☎ 046 3563.8000 - 📍 Av. Brasil, 621
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR – 85710-000

do Decreto Lei Federal nº 271/67, bem como gozará dos direitos e prerrogativas previstos em tal Decreto;

Artigo 5º - Reverterá o imóvel e benfeitorias ao patrimônio do Município com os acréscimos nele constantes, sem qualquer indenização à Concessionária, na hipótese em que a mesma, por qualquer motivo, deixar de exercer as atividades para as quais se propõe, conforme o estabelecido no artigo 1º desta lei ou descumprir qualquer cláusula do contrato de direito real de uso.

Artigo 6º - Decorrido o prazo dos cinco anos contados da publicação da presente lei de Concessão de Direito Real de Uso do galpão pré-moldado, o Município terá a prerrogativa de realizar a Doação com Encargos a empresa ora beneficiada do Galpão pré - moldado, objeto da presente Concessão.

Paragrafo único: Sendo que a suposta Doação com Encargos deverá ser estabelecida em lei própria.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, 12 de Maio de 2015.

PUBLIQUE-SE.

RICARDO ANTONIO ORTIÑA
PREFEITO MUNICIPAL